

1 **Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 10/05/2022**

2 No décimo dia do mês de maio de 2022, às 09h, deu-se início à Reunião Ordinária do mês de maio de
3 2022, *on-line*, realizada por meio da plataforma Conferência, da CELEPAR, do Comitê Intersetorial de
4 Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná
5 - CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes **Representante Titular Governamental:** Patricia Cavichiollo Tor-
6 tato - SEJUF/DAS/DPSE; Dulce Maria Darolt (SEJUF/DEDIF); Ten. Danilo Alexandre Mori Azolini -
7 (SESP/PR/Londrina). **Representante Suplente Governamental:** Amélia Cabral Alessi –
8 SEJUF/DEDIF/CEIM. Lucimar – SESA. **Representante Titular Sociedade Civil:** Julia Mezarobba Caeta-
9 no Ferreira – CRP-PR; Nazaré de Campos Stihaeinco – Bom Samaritano de Cornélio Procópio; Francieli
10 Ramos Padilha – Vila Vicentina Ponta Grossa; Julia Stefania Bezerril Miranda (OAB); **Representante Su-**
11 **plente Sociedade Civil:** Carlos Umberto Santos - MNPR. **Convidados Especialistas/Parceiros/Colabo-**
12 **radores:** Giovana Kucaniz (CAOPJDH); Izabel Maria de Gouveia Benvenuti (COHAPAR); Taisa da Mota
13 Oliveira – Assistente Social NUCIDH; Raphael Ernani Rigoti – Coordenador Centro-POP São José dos
14 Pinhais; Prof. Walder (Coordenador do Acolhimento para Moradores de Rua - SJP); Matheus Mafra (De-
15 fensoria Pública); Daniel Alves Pereira (Defensoria Pública). Graziela Molina – Residente Técnica DEDIF.
16 **01. Abertura:** A Coordenadora Dulce deu início a reunião saudando a todos presentes, desejando excelente
17 reunião com boas ideias em benefício da população em situação de rua; e em sequência, realizou uma cha-
18 mada nominal dos (as) representantes, constatando o quorum necessário. **02. Aprovação da Pauta:** Dulce
19 leu a exposição com os pontos de pauta previsto para a reunião, onde foram inclusas as solicitações de alte-
20 ração de pautas conforme segue: explicando que a Relatora da Comissão do Plano Estadual, Nazaré, estará
21 incluindo mais um relatoria anterior que havia esquecido, da 2ª Reunião (15 de março)eixo do esporte cul-
22 tura e lazer; e da 5ª reunião (13 de abril) da Assistência Social, fechando assim todas as reuniões até o final
23 de abril. Ficando para o próximo mês todas as do mês de maio. E o ponto 06 foi cancelado pelo grupo que
24 havia solicitado e explicaram que já conseguiram a parceria com o Mãos Invisíveis. Rafael de São José dos
25 Pinhais pede a palavra para pedir pauta para dar informação: 08. Inclusão de pauta: Rafael - do Centro POP
26 de São José dos Pinhais, solicita 3 (três) pontos de pauta: 08.1 – Reabertura do funcionamento do CIAMP
27 Rua Municipal – já fizeram três reuniões; 08.2 – Plano Municipal PSR – estão iniciando a elaboração do
28 Plano de Trabalho do Comitê. 08.3 – Operação Inverno de S.J.P. - informa que a operação inverno já come-
29 çou. Pauta **Aprovada** com as alterações expostas. **03. Memória da reunião ordinária do Mês de ABRIL**
30 **DE 2022, para aprovação:** A memória da reunião de março foi previamente encaminhada para todos (as)
31 representantes, não foram recebidas alterações - tanto por *e-mail* como na plenária – Nazaré pediu alteração
32 que o relato foi da 3ª e 4ª reuniões. Após esta alteração a memória foi **aprovada** por unanimidade. **04. Re-**
33 **latório a ser apresentado por Nazaré - Relatora da Comissão do Plano Estadual Decenal da PSR – da**
34 **2ª Reunião (15 de março)eixo do esporte cultura e lazer; e da 5ª reunião (13 de abril) da Assistência**
35 **Social:**Relatoria da 13ª reunião da C.T. para a construção do PE/ PSR realizada no dia dia15 de março e
36 segunda do ano de 2022: _Estiveram presentes: Dulce Maria Darolt – SEJUF/DEDIF; Carlos Umberto dos
37 Santos- MNPR; Nazaré de Campos Stihaienco - Bom Samaritano de Cornélio Procópio; Izabel Maria Gou-
38 veia Benvenuti- COHAPAR- SEDE; Tamires Roza de Jesus - residente técnica da área de psicologia de as-
39 sistência Social- DPSE; Patricia Cavichiollo Tortato – SEJUF/DAS/DPSE; Taísa da Mota Oliveira- DPPR.
40 Às 9:19 a coordenadora Sra. Dulce Maria Darolt deu as boas-vindas a todos. Informou que no dia anterior
41 à reunião, a Secretaria de Comunicação e Cultura, enviou-lhe um e-mail comunicando que os técnicos de-
42 signados para o eixo, Cultura, Esporte e Lazer, não poderiam estar presentes porque foram solicitados para



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

5

43 fazer um curso de uma semana em Brasília e pediram que a reunião fosse transferida para a semana seguin-
44 te. Informou também que não recebeu nenhuma comunicação da parte do esporte sobre a não participação.
45 Disse que via e-mail, enviou novamente a convocação para a reunião e o conteúdo do eixo. Informou tam-
46 bém que já terminou de enviar todos os documentos para as demais secretarias, solicitando os técnicos re-
47 ferente aos eixos que ainda serão trabalhados. Foi aguardado até as 09:30h a entrada dos técnicos represen-
48 tares do esporte. Como não compareceram não foi possível trabalhar o eixo. Foi definida a próxima reunião
49 para dia 22 de março as 09:00h e a coordenadora ficou de entrar em contato com os técnicos designados
50 para eixo, sobre a possibilidade de reunião nesta data e posteriormente comunicaria a Comissão do
51 PE/PSR. Dulce agradeceu a todos e encerrou a reunião. Na sequência a Sra. Nazaré, Relatora da Comissão
52 do Plano Estadual fez a leitura da Memória da 5ª reunião (13 de abril) da Assistência Social, conforme se-
53 gue: Relatoria da 16ª reunião da C.T do Plano Estadual Decenal para PSR e 5ª de 2022, ocorrida no dia 13
54 de abril das 15:00h as 17:00h, com a proposta de estudo e elaboração do eixo, Assistência Social e Segu-
55 rança Alimentar e Nutricional. Estiveram presentes Dulce Maria Darolt SEJUF/DEDIF; Nazaré de Campos
56 Stihaienco Bom Samaritano de Cornélio Procópio; Amélia Cabral Alessi SEJUF/DEDIF; Patrícia Cavichi-
57 ollo Tortato SEJUF/DAS/CPSE; Taísa da Mota Oliveira- NUCIDH/ DP/PR; Julia Mezarobba Caetano
58 Ferreira CRP/PR; João Vitor da Silva CRP/PR; Mila Juliana Rodrigues - Residente de psicologia da
59 DPSE/DAS/SEJUF; Matheus Mafra - assistente jurídico do NUCIDH/DP/PR; Renata Mareziuzek dos San-
60 tos - DPSE/DAS/SEJUF. Inicialmente a coordenadora Sra. Dulce Maria Darolt acolheu a todos com as
61 boas-vindas. A coordenadora espelhou o eixo e colocou que por ele ser duplo abriu protocolo para o DAS e
62 para a SEAB. Mas que nesta reunião iríamos trabalhar somente as propostas referentes a Assistência Soci-
63 al. A Segurança alimentar ficaria para outro momento porque não havia recebido indicação de técnicos para
64 esta área. Iniciando os estudos houve ampla discussão sobre a primeira diretriz que fala sobre a garantia de
65 acesso da PSR aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social. Por sugestão da repre-
66 sentante da Defensoria Pública inseriu-se no texto o termo, amplo, conforme art. 35 da Resolução 40 de
67 2020 do CNDH e por sugestão das técnicas da Assistência Social foram ajustados alguns termos técnicos
68 pertinentes a esta área. Patrícia falou que a garantia de acesso já é uma prerrogativa da Ass. Social, que isto
69 já é feito diariamente com o assessoramento e monitoramento contínuo dos municípios. Foi verificado tam-
70 bém que há poucas ações para a área da segurança alimentar e nutricional, houve a sugestão de criar uma
71 diretriz específica para esta área e também elaborar mais ações. Ao ser sugerido separar os temas, Dulce
72 explicou que eles estão juntos porque a parte alimentar acontece dentro dos equipamentos da Ass. Social.
73 Foi acordado que os dois temas podem ficar juntos, mas que devemos complementar sobre Segurança Ali-
74 mentar porque está bem reduzido. Foi falado que as ações devem ser pensadas dentro do possível e também
75 que algumas podem parecer impossíveis no momento, mas que a longo prazo podem ser possíveis, desde
76 que estejam dentro dos parâmetros do SUAS. Dulce levantou um problema que acontece quanto a frequên-
77 cia da PSR nos equipamentos, que existe uma certa resistência e não se sabe porquê. Colocou se não have-
78 ria uma maneira de inserir no plano algo que tratasse sobre a rejeição da PSR em participar dos equipamen-
79 tos, que foram criados especificamente para a PSR e, no entanto, não tem aceite por ela. Que a Assistência
80 Social é a porta de entrada para todas as pessoas em situação de rua e que é o primeiro órgão que eles vão
81 procurar. Colocou que se deveria identificar as causas e tentar diminuir essas causas pelas quais eles rejei-
82 tam utilizar os equipamentos, que isto faz parte do amplo acesso inserido na diretriz acima estudada. Rena-
83 ta contribuiu dizendo que os serviços da Ass. Social são complexos, e esta complexidade não se resolve
84 com questões simples. É preciso saber também se os serviços ofertados no território atendem a demanda
85 específica desse público. Na sequência trabalhou-se a ação 3.1 e foi acrescentada em sua redação a palavra,
86 amplo, seguindo as mesmas instruções dadas à diretriz número um. Construiu-se uma meta para esta ação,

87 que seria elaborar documentos técnicos orientativos direcionados aos municípios para que garantam o am-
88 plo acesso da PSR aos serviços socioassistenciais. Capacitação e orientação, inclusive sobre o projeto po-
89 lítico pedagógico e do plano de ação individual de cada equipamento. Passou-se em seguida para o estudo
90 da ação 3.2. Foi retirada da redação as palavras segurança e conforto e substituída por proteção social, por
91 estar mais em conformidade com as normativas da Ass. Social. Patrícia falou que a meta criada para a pro-
92 posta 3.1 e os indicadores de resultados irão determinar se haverá necessidade de reordenamento como in-
93 dica a proposta 3.2 As metas para esta ação é apoiar e realizar assessoramento técnico aos municípios nas
94 ações de reordenamento por meio de reuniões capacitações e elaboração de documentos e também realizar
95 os cofinanciamentos aos serviços existentes. Foi discutido também sobre os instrumentos que poderão ser
96 usados para avaliar os serviços prestados. Após o estudo das propostas e elaboração das metas, definiu-se
97 os prazos de execução, os indicadores de resultados e os respectivos responsáveis e corresponsáveis. Taísa
98 disse que elaborou mais quatro ações para a primeira diretriz e estas serão avaliadas na próxima reunião.
99 Foi sugerido enviá-las aos membros da comissão para análise antes da próxima reunião. Ficou marcada a
100 próxima reunião para dia onze de maio as nove horas. foi sugerido trabalhar outro eixo antes desta data se
101 houver indicação de outra secretaria e a coordenação informaria a Comissão do PE/PSR. A coordenadora
102 fez alguns informes, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Após a leitura, Dulce perguntou
103 se algum membro da comissão tinha algo a acrescentar no relatório. Os relatos das reuniões foram **aprova-**
104 **dos** pelos (as) Membros do Comitê. **05. Projeto de Lei que institui a Política Estadual para a população**
105 **em situação de rua - análise das sugestões de inclusão da DPPR;** para constar nos autos desta memória,
106 a Sra. Dulce relata que este Projeto de Lei já tinha sido aprovado pelo Comitê em dezembro de 2021, e
107 confirmado na aprovação da Memória de dezembro, na reunião ordinária de fevereiro de 2022, e a coorde-
108 nação da Política já havia preparado todos os demais documentos comprobatórios e legais para dar início à
109 tramitação interna pelo E-Protocolo. Neste íterim a Defensoria Pública solicitou que o Comitê pudesse
110 analisar as sugestões atuais deles, pois não haviam feito anteriormente, para serem inseridas ao PL, o que
111 foi aceito pelo colegiado. Então hoje estaremos analisando estas sugestões. Primeira sugestão: no artigo 3º,
112 entra o Parágrafo Único: *Parágrafo único: Consideram-se crianças e adolescentes em situação de rua os*
113 *sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos e/ou áreas degrada-*
114 *das como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de*
115 *vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos fa-*
116 *miliares e comunitários, prioritariamente em situação de pobreza e/ou pobreza extrema, com dificuldade*
117 *de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como*
118 *gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territori-*
119 *al, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros.* Carlos reflete que a criança e adoles-
120 cente é extremamente resguardada por diversas lei, inclusive o Estatuto da Criança e do Adolescente. Rafa-
121 el informa que existem os Acolhimentos para famílias, onde as crianças são identificadas no cadastro “em
122 situação de rua”; e também tem outros que são encontrados na rua e são levados ao Centro POP, onde são
123 orientados sobre as questões do trabalho infantil e são cadastrados também como “situação de rua” e são
124 realizados os devidos encaminhamentos legais; outros mentem sua idade dizendo que são maiores de 18
125 anos, depois é descoberta a mentira e são cadastrados como crianças e adolescentes em situação de rua. In-
126 clusive eles tem notado que aumentou o número de mulheres e crianças em situação de rua; antes estava
127 em torno de 16% e agora já chegou em torno de 35% de mulheres e crianças em situação de rua. Matheus
128 concorda que já existe legislações que os protegem, entretanto como é uma proposta de legislação para a
129 população em situação de rua, é importante incluir todas as idades, dando mais visibilidade às mulheres e



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

10
130 crianças nas ruas. Patrícia Concorde que foi colocado bem o que está em outras legislações e que tivemos
131 um caso real em Foz do Iguaçu final de 2020, pois devido a pandemia mulheres e crianças migraram para
132 Foz do Iguaçu quando foram abertas as fronteiras, e foi liberado recurso extraordinário pelo Estado para
133 socorrer esta demanda. Franciele informa que em Ponta Grossa foi aberto um Acolhimento para famílias,
134 onde estão mulheres e crianças de rua que são acolhidas. Dulce alerta que a transcrição deve ser analisada e
135 como todos concordam, colocou em votação. **Aprovado.** Segunda sugestão – *no Artigo 4º Artigo 4º - O Po-*
136 *der Executivo Estadual poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos ou*
137 *não, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e*
138 *estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Estadual para a Popu-*
139 *lação em Situação de Rua. (vedando-se o estabelecimento de convênios e parcerias com Comunidades Ter-*
140 *apêuticas.) **RETIRADO o entre parênteses.** – Resumo da discussão sobre a questão: Patrícia acha que esta su-
141 gestão é muito complicada, pois existem comunidades terapêuticas boas e outras não, basta que se ade-
142 quem ao que está previsto nos editais. Por isso não concorda em vedar as comunidades terapêuticas no Pro-
143 jeto de Lei. Lucimar informa que também não concorda em vedar as comunidades terapêuticas. Matheus
144 informa que colocaram a sugestão de vedação porque muitas vezes foram recebidas denúncias, em diversos
145 locais do Brasil, sobre descumprimento dos direitos humanos em comunidades terapêuticas. Rafael diz que
146 os Convênios com as comunidades terapêuticas são realizados pela Saúde Pública. Inclusive as internações
147 involuntárias que são encaminhadas para os hospitais psiquiátricos, são pedidos quites que as pessoas em
148 situação de rua não conseguem contribuir e ficam em torno de dois ou três dias e vão embora. Lucimar in-
149 forma que no geral, as comunidades terapêuticas não são todas da saúde, existem critérios que devem se-
150 guir para fechar os convênios. É uma Rede que está dentro da Política sobre drogas. Inclusive existe uma
151 regulamentação nacional que regulamenta o funcionamento dessas instituições. Dulce informa que havia
152 convidado o Conselheiro Edison/SEJUF/DAS, do Conselho Estadual sobre Drogas mas aconteceu outra
153 reunião no mesmo horário e não pôde comparecer, mas adiantou que existe do Paraná, junto ao Governo
154 Federal, 54 boas instituições de comunidades terapêuticas cadastradas. Que são boas comunidades tera-
155 pêuticas, que seguem os preceitos legais. Que é uma rede muito importante para a política sobre drogas.
156 Sabem que existem outras que não estão ainda adequadas, mas estas se quiserem concorrer a qualquer Edital
157 público terão que se adequar ao que está previsto no Edital e às normas legais. Por isso é importante fazer o
158 edital de chamamento bem feito, prevendo todos os requisitos necessários para as instituições que irão con-
159 correr ao certame. Lucimar concorda com a fala da Dulce. Franciele informa que em Ponta Grossa para a
160 PSR solicitam vagas sociais em comunidades terapêuticas não são exigidos kites para levar. Carlos fala que
161 as pessoas em situação de rua têm a liberdade de ir e vir, e não devem se aproveitar para fazerem interna-
162 ção compulsória. Lucimar sugere que deve ser excluída a vedação, podendo colocar um comentário adicio-
163 nal sobre a questão, criando um artigo adicional regulamentando dentro dos marcos legais, mas não vedan-
164 do toda a rede. Dulce Retoma a palavra lendo todo o artigo, reforçando que não vê motivo para vedar uma
165 rede toda, basta que seja regulamentado e somente contratar às que seguirem as normas legais. Giovana
166 pede a palavra, considerando as diversas questões abordadas, sugerindo que poderia ser colocado algum
167 comentário no PL para ter algum tipo avaliação dos serviços conveniados. Dulce explica que a fiscalização é
168 feita pela política sobre drogas. Giovana diz que entende e que propõe que seja colocado neste PL algum
169 tipo de monitoramento. Matheus sugere inserir um Parágrafo Único ao artigo 4º, que após discussão do
170 pleno, a Grazi contribuiu com uma nova redação mais adequada, e Matheus e a Dulce finalizaram a escrita,
171 conforme segue: *Parágrafo único: Quando celebrados convênios, o Poder Executivo Estadual, deverá*
172 *promover fiscalizações periódicas, bem como consultar os CIAMPS municipais e CIAMP/PR, de modo que*
173 *os serviços conveniados cumpram integralmente às normativas de assistência social e de saúde e que se**

174 *atentem às especificidades da população em situação de rua. APROVADO.* Retira-se portanto do artigo 4º a
175 sugestão “vedando-se o estabelecimento de convênios e parceria com comunidades terapêuticas”, e acre-
176 senta-se o Parágrafo único logo abaixo do artigo. Todo o pleno **aprovou** desta forma. Seguindo, Dulce in-
177 forma a terceira sugestão da DPPR, no artigo 5º, inciso VI, com uma nova redação mais adequada ao que
178 prevê a Constituição Federal, conforme segue: *VI - o respeito à diversidade das condições sociais e dife-*
179 *renças de origem, raça, idade, credo, nacionalidade, pessoa com deficiência, gênero, e orientação sexual;*
180 *(TROCAR POR) > VI - o respeito à diversidade das condições sociais e diferenças de origem, raça, idade,*
181 *nacionalidade, pessoas com deficiência, gênero, e orientação sexual e religiosa ou por quaisquer outros*
182 *motivos; APROVADO.* Seguindo Dulce expõe a quarta sugestão da DPPR, que também é uma troca, no artigo
183 6º, inciso IX, onde este seria desmembrado em dois incisos, conforme segue: *IX - respeito às singularida-*
184 *des de cada pessoa em situação de rua, com observância do direito à livre circulação entre municípios e a*
185 *permanência nos municípios que forem mais convenientes à manutenção de sua vida e dignidade, confor-*
186 *me opção de cada indivíduo; (TROCAR POR) > IX - respeito às singularidades de cada pessoa em situa-*
187 *ção de rua e à sua dignidade humana, o que implica, dentre outros elementos, a preservação da incolumi-*
188 *dade da população em situação de rua, de sua privacidade e de seus pertences, assegurando atenção pro-*
189 *tetiva dos órgãos e agentes públicos contra práticas arbitrárias ou condutas vexatórias ou violentas.* Após
190 a explicação da palavra “incolumidade”, foi colocado em aprovação. **APROVADO** pelo pleno. E o inciso
191 X seria um novo, e o X anterior seria o XI e as numerações dos demais tomariam nova numeração, confor-
192 me segue: *X - garantia da livre circulação entre municípios e a permanência nos municípios que forem*
193 *mais convenientes à manutenção de sua vida e dignidade, conforme opção de cada indivíduo. APROVA-*
194 **DO** pelo pleno. Dulce segue agora explicando a quarta sugestão da DPPR – este é no artigo 7º, com um
195 novo inciso, logo após o treze, que ficará na continuidade se for aprovado, como inciso *XIV - assegurar*
196 *que políticas públicas, serviços do sistema de justiça e de defesa de direitos e as organizações da socieda-*
197 *de civil adéquem seus serviços à população em situação de rua, de modo a eliminar barreiras de acesso,*
198 *como a exigência de documentos para a prestação de atendimentos ou prévio agendamento, bem como os*
199 *requisitos relativos ao pagamento de taxas ou condições específicas de vestimenta e higiene, os quais não*
200 *são compatíveis com as condições de vida dessas pessoas;* Matheus tomou a palavra e explicou o pensa-
201 mento sobre a questão para que não seja exigido agendamento prévio ao atendimento à PSR e outras de-
202 mais exigências. Carlos também acha que está correta a reflexão. **APROVADA a inclusão** pelo pleno. Em se-
203 guida Dulce continua, agora com o relato da quinta sugestão da DPPR, que pretende alterar com comple-
204 mentação, no artigo 7º, inciso *XVI - criar protocolos de articulação entre o Sistema Único de Assistência*
205 *Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços, assegurando atendimento univer-*
206 *sal e humanizado, dispensando-se critérios territoriais e documentos - sobretudo pessoais - para acesso da*
207 *população em situação de rua ao atendimento de saúde, inclusive para o fornecimento de medicamentos;*
208 Taisa explica que existe uma Portaria da saúde que prevê todas estas situações, e também na Resolução 40
209 do CNDH que garante estas questões. Matheus explica que muitas vezes a PSR não tem muitas vezes a
210 condição de carregar consigo seus documentos pessoais. Rafael explica que ainda acontecem casos de
211 pessoas que não conseguem o atendimento por falta de seus documentos pessoais, por isso é importante.
212 Matheus reflete que seria melhor colocar entre vírgulas as palavras “sobretudo pessoais”. Foi então aceito e
213 a Grazi colocou desta forma e leu a escrita combinada. Dulce colocou em votação a escrita concordada.
214 **APROVADO** pelo pleno. Dulce comenta que já está finalizando o horário previsto para a reunião e talvez
215 tenhamos que fazer uma reunião extraordinária, pois já temos alguns membros que precisam se ausentar
216 por terem outros compromissos. Izabel concorda que o mais adequado será mesmo uma extraordinária,



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

15

217 para conseguir vencer a pauta. Os demais entenderam realmente necessário, todos verificaram suas agen-
218 das, e concordaram marcar a reunião extraordinária do CIAMPRua/PR para o dia 17/05/2022, às 09h00.
219 Foi **aprovado** pelo pleno. Após decidido, Dulce informou que já são 12h00, agradece a presença e a parti-
220 cipação de todos, desejando excelente trabalho na parte da tarde, aguardando à todos na reunião extraordi-
221 nária para finalizar os pontos de pauta que não foram vencidos nesta reunião ordinária e encerrou a reunião.
222 Esta Memória foi transcrita e analisada por Dulce Darolt. Depois de aprovada pelo Comitê, será publicada
223 no portal do CIAMPRua/PR.